

Demonstrações Financeiras

FORIS GFS BR INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA

CNPJ: 39.993.186/0001-62



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Relatório da administração	8
Balanço patrimonial	9
Demonstração do resultado e do resultado abrangente do exercício	10
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



Relatório Dos Auditores Independentes Sobre As Demonstrações Financeiras

Aos sócios e aos diretores da

FORIS GFS BR INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA

São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Foris GFS BR Instituição de Pagamento Ltda ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo na mesma data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Foris GFS BR Instituição de Pagamento Ltda em 30 de junho de 2026 e o desempenho de suas operações para o semestre findo na mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).



Base Para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades Da Administração Pelas Demonstrações Financeiras

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O responsável pela governança da empresa é a sua administração, com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades Do Auditor Pela Auditoria Das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva



razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da administração.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração da empresa.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração da empresa, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional.



Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau - SC, 26 de agosto de 2026.



NEXT AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC-SC 8.765/O-4

Ricardo Artur Spezia – Sócio

Contador SC-028595/O-2

Relatório da administração

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Foris GFS BR Instituição de Pagamento Ltda. ("Empresa"). submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, correspondente ao semestre findo em 30 de junho de 2026. As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Foris GFS BR Instituição de Pagamento Ltda
CNPJ: 39.993.186/0001-62

Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.714	42.377
Ativos financeiros		39.305	40.530
Instrumentos financeiros		39.305	40.530
Títulos e valores mobiliários	5	39.305	40.530
Outros ativos	6	3.234	4.550
Ativos fiscais	7	3.059	2.228
Impostos e contribuições a compensar		3.059	2.228
Imobilizado de uso	8	129	168
Outras imobilizações de uso		387	387
(-) Depreciações acumuladas		(258)	(219)
Total do ativo		60.441	89.853
Passivo			
Passivo financeiro		32.436	61.683
Custo amortizado		32.436	61.683
Depósitos	9	4.771	4.929
Outros passivos financeiros	10	27.665	56.754
Outros passivos	11	2.170	2.413
Passivos fiscais	12	35	51
Provisões	13	12	806
Patrimônio líquido		25.788	24.900
Capital:			
De domiciliados no país	14	79.388	79.388
Prejuízos acumulados		(53.600)	(54.488)
Total do passivo e patrimônio líquido		60.441	89.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Foris GFS BR Instituição de Pagamento Ltda
CNPJ: 39.993.186/0001-62

Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente dos Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Receitas de intermediação financeira		3.869	5.182
Resultado de títulos e valores mobiliários	5.3	3.869	5.182
Despesas da intermediação financeira		-	(43)
Despesas empréstimos, cessões e repasses		-	(43)
Resultado bruto da intermediação financeira		3.869	5.139
Outras receitas/(despesas) operacionais		(2.981)	(3.518)
Receitas de prestação de serviços	15	418	174
Custo dos serviços prestados	16	(40)	(1.062)
Despesas de pessoal	17	(3.645)	(3.548)
Despesas administrativas	18	(913)	(1.377)
Despesas tributárias	19	(222)	(270)
Outras receitas operacionais	20	5.619	3.164
Outras despesas operacionais	21	(4.198)	(599)
Lucro líquido do semestre		888	1.621
Nº de quotas		79.388	79.388
Lucro por quota (R\$)		0,011	0,02
Lucro líquido do semestre		888	1.621
Outros resultados abrangentes:		-	-
Ajustes que não serão transferidos para resultados		-	-
Resultado abrangente		888	1.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Foris GFS BR Instituição de Pagamento Ltda
CNPJ: 39.993.186/0001-62

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido dos Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Resultados acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	79.388	(55.131)	24.257
Resultado do semestre	-	1.621	1.621
Saldos em 30 de junho de 2025	79.388	(53.510)	25.878
Resultado do semestre	-	(978)	(978)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	79.388	(54.488)	24.900
Resultado do semestre	-	888	888
Saldos em 30 de junho de 2026	79.388	(53.600)	25.788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Foris GFS BR Instituição de Pagamento Ltda
CNPJ: 39.993.186/0001-62

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto dos Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	888	1.621
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	39	39
Juros sobre empréstimos	-	43
Reversão para passivos contingentes	(815)	(125)
Provisão para passivos contingentes	21	49
Provisão de benefícios para empregados	911	-
Variação cambial	(1.105)	(2.419)
(=) Resultado ajustado	(61)	(792)
Variações de ativos e obrigações		
Redução em instrumentos financeiros ativos	1.225	1.847
Redução de outros ativos	480	660
(Redução) em instrumentos financeiros passivos	(158)	(3.699)
Aumento (redução) em outros passivos	(29.149)	22.213
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(27.663)	20.229
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	-	(90)
(=) Caixa líquido nas atividades de investimento	-	(90)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(27.663)</u>	<u>20.139</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	42.377	29.476
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	14.714	49.615
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(27.663)</u>	<u>20.139</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Foris GFS BR Instituição de Pagamento Ltda

CNPJ: 39.993.186/0001-62

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Foris GFS BR Instituição de Pagamento Ltda. ("Crypto.com" ou "Instituição") é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 02 de dezembro de 2020, com sede na Rua Funchal, nº 418, sala 3420 – Vila Olímpia, na cidade de São Paulo - SP, Brasil.

A Instituição atua como instituição de pagamento na modalidade de emissora de moeda eletrônica, gerenciando contas de pagamento pré-pagas e prestando serviços de pagamento no âmbito dos arranjos dos quais participa.

A Instituição obteve autorização concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 8 de dezembro de 2022 para atuar como instituição de pagamento, conforme publicação no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2022. Em decorrência dessa autorização, a Instituição adota os procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro ("SPB"), inclusive quanto à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, conforme as diretrizes regulatórias e contábeis estabelecidas pelo BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas e instruções do CMN e do BACEN. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e com os pronunciamentos técnicos aprovados pelo BACEN.

As demonstrações financeiras referentes aos períodos do exercício, elaboradas sob a regulação do COSIF, observam os critérios introduzidos e consolidados pela **Resolução BCB nº 352/2023** e suas alterações posteriores.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração utilize julgamento e estabeleça estimativas e premissas na determinação dos valores contábeis de certos ativos e passivos, bem como de receitas e despesas. Os ativos e

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

passivos sujeitos a tais estimativas e premissas referem-se, substancialmente, ao valor justo e recuperação de instrumentos financeiros, determinação da vida útil e recuperação de ativos não financeiros (*impairment*), provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões para contingências e avaliação da realização de créditos tributários diferidos. A liquidação de transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em montantes divergentes dos originalmente previstos devido às incertezas inerentes ao processo de mensuração. A Administração revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

Na elaboração destas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, a Instituição observou as diretrizes da **Resolução BCB nº 2/2020** e os seguintes pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), recepcionados pelo Banco Central do Brasil:

- **CPC 00 (R2)** – Pronunciamento Conceitual Básico (Resolução BCB nº 120/2021);
- **CPC 01 (R1)** – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução BCB nº 120/2021);
- **CPC 03 (R2)** – Demonstração dos Fluxos de Caixa (Resolução BCB nº 2/2020);
- **CPC 05 (R1)** – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução BCB nº 2/2020);
- **CPC 23** – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução BCB nº 120/2021);
- **CPC 24** – Eventos Subsequentes (Resolução BCB nº 2/2020);
- **CPC 25** – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução BCB nº 9/2020);
- **CPC 46** – Mensuração do Valor Justo (Resolução BCB nº 120/2021);
- **CPC 47** – Receita de Contrato com o Cliente (Resolução BCB nº 120/2021).

Conforme a Resolução BCB nº 2/2020 e demais disposições aplicáveis do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial por ordem de liquidez e exigibilidade. As segregações de prazos entre circulante e não circulante são detalhadas nas respectivas notas explicativas específicas.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo o Real a moeda funcional e a moeda de apresentação da Instituição.

Foris GFS BR Instituição de Pagamento Ltda

CNPJ: 39.993.186/0001-62

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Instituição em **26 de agosto de 2026**.

Continuidade operacional

A Administração da Foris GFS BR Instituição de Pagamento Ltda. elaborou suas demonstrações financeiras com base no pressuposto da continuidade operacional, o qual considera a manutenção normal dos negócios no futuro previsível.

Em 30 de junho de 2026, a Instituição apresentava prejuízos acumulados de R\$ 53.600 (R\$ 54.488 em 31 de dezembro de 2025). Apesar do histórico de resultados negativos, a Administração entende que a Instituição possui condições de continuidade, suportada pelos seguintes fatores:

Apoio financeiro do grupo econômico: a Foris conta com suporte contínuo de sua controladora e partes relacionadas, inclusive mediante repasses e empréstimos intragrupo, já evidenciados nas demonstrações financeiras, os quais garantem a manutenção de níveis adequados de liquidez.

Modelo de negócio em expansão: a Instituição está inserida em um mercado de pagamentos digitais em crescimento no Brasil, com perspectiva de aumento gradual de receitas decorrentes da expansão da base de clientes e serviços.

Política de gestão de capital e riscos: a Administração adota política formal de gerenciamento de riscos (Resolução BCB nº 265/2022), que inclui acompanhamento da liquidez, garantindo recursos suficientes para cumprimento de suas obrigações.

Com base nessas premissas, a Administração conclui que não há incerteza material que possa levantar dúvida significativa quanto à capacidade de a Instituição continuar operando regularmente, razão pela qual as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional.

3. Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

3.1. Apuração do resultado

As receitas de ativos financeiros e as despesas de juros sobre passivos são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado. Para os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Instituição utiliza o método da taxa de juros efetiva como critério de apropriação dos rendimentos e encargos ao longo da vida contratual dos instrumentos.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico em que a Instituição atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Instituição.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

3.4. Instrumentos financeiros (Resolução BCB nº 352/2023)

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data da negociação ou contratação.

Classificação de ativos financeiros

Conforme as diretrizes introduzidas pela Resolução BCB nº 352/2023, os ativos financeiros são classificados e mensurados de acordo com o modelo de negócios adotado pela Instituição e com as características contratuais de seus fluxos de caixa:

- **Custo amortizado (CA):** Ativos geridos em um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e cujos termos contratuais geram, em datas especificadas, fluxos de caixa que constituem exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (conhecido como *Teste SPPJ*).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Os ativos nesta categoria são contabilizados pelo custo amortizado utilizando a taxa de juros efetiva, deduzidos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Ativos mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, que cumprem o Teste SPPJ. São ajustados ao valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, líquidos de impostos.
- **Valor justo por meio do resultado (VJPR):** Ativos financeiros que não cumprem os critérios para classificação ao Custo Amortizado ou VJORA, ou que são designados a VJPR no reconhecimento inicial para eliminar ou reduzir significativamente descasamentos contábeis. As variações de valor justo e custos de transação são reconhecidas diretamente na demonstração do resultado

Classificação de passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados e mensurados ao Custo Amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de transação atribuíveis à emissão ou captação de passivos financeiros são incorporados ao seu valor contábil inicial e amortizados no resultado ao longo do prazo da operação.

Baixa de instrumentos financeiros

A Instituição baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram ou quando transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando suas obrigações contratuais são liquidadas, canceladas ou expiradas.

3.5. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) ou de exigibilidade (passivos), incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridas até as datas dos balanços, calculados *pro rata* dia. Quando aplicável, são ajustados por provisões para redução ao valor recuperável ou perdas prováveis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

3.6. Ativo imobilizado de uso

Registrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil-econômica estimada dos bens. Para os equipamentos de informática, a taxa utilizada é de 20% ao ano (vida útil estimada em 5 anos).

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Conforme o CPC 01 (R1) e a Resolução BCB nº 120/2021, os ativos não financeiros são avaliados periodicamente (no mínimo anualmente) para verificar se há indicativos de que seu valor contábil excede seu valor recuperável. Caso haja evidência de desvalorização, uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período.

3.8. Depósitos

Correspondem aos saldos em moeda eletrônica mantidos por usuários em suas contas de pagamento pré-pagas (carteira digital). São demonstrados pelo valor das exigibilidades e possuem liquidez imediata, podendo ser resgatados ou movimentados a qualquer momento pelo usuário final.

Conforme exigido pelo art. 12 da Lei nº 12.865/2013 e pelas regulamentações do Banco Central do Brasil (Resolução BCB nº 80/2021), tais recursos permanecem alocados em Títulos Públicos Federais (Letras Financeiras do Tesouro - LFT) ou em conta específica mantida no Banco Central, estando segregados do patrimônio da Instituição e imunes a penhoras ou garantias de obrigações próprias da Instituição.

3.9. Provisões, passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) decorrente de eventos passados, cuja liquidação seja provável e o valor possa ser estimado com razoabilidade, em conformidade com o CPC 25 (Resolução BCB nº 9/2020):

- **Risco provável:** É constituída provisão no balanço patrimonial com base no valor estimado das potenciais perdas.
- **Risco possível:** Não é constituída provisão, sendo os processos divulgados em notas explicativas quando relevantes.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

- **Risco remoto:** Não requer constituição de provisão nem divulgação em nota explicativa.

3.10. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

O IRPJ e a CSLL correntes são calculados com base no regime do Lucro Real, aplicados às alíquotas regulamentares de 15% (acrescida de adicional de 10% para lucros anuais excedentes a R\$ 240 mil) para IRPJ e de 9% para CSLL. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente na extensão em que seja provável a geração de lucros tributáveis futuros para sua absorção, fundamentados em estudo técnico de realização.

3.11. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando o controle dos serviços prestados é transferido ao cliente, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, em conformidade com os princípios do **CPC 47 – Receita de contrato com o cliente** (Resolução BCB nº 120/2021).

- **Receitas com intermediação de serviços e tarifas de meios de pagamento:** São apropriadas ao resultado na data do processamento e captura das transações ou da prestação efetiva do serviço.
- **Ganhos e rendimentos de instrumentos financeiros:** São reconhecidos pro rata temporis, considerando a taxa de juros efetiva dos papéis alocados no Custo Amortizado.

3.12. Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios, conduzidas em condições de comutatividade e estritamente alinhadas aos termos praticados com terceiros no mercado.

3.13. Atualização de operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de câmbio da data de encerramento das demonstrações financeiras, com as variações reconhecidas no resultado do período no grupo de "Outras receitas (despesas) operacionais".

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

3.14. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Empresa e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 30 de junho de 2026 e 2025 não houve resultado classificado como não recorrente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Aplicação interfinanceira de liquidez	13.452	-
Depósitos bancários	1.262	42.377
	14.714	42.377

5. Títulos e valores mobiliários

	30/06/2026	31/12/2025
Instrumentos financeiros	39.305	40.530
Títulos e valores mobiliários	39.305	40.530

5.1. Composição e classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria estão classificados como custo amortizado.

Carteira própria	30/06/2026	31/12/2025
Vinculados ao Banco Central		
Letra Financeira do Tesouro - LFT Custo amortizado	39.305	40.530
Títulos e valores mobiliários	39.305	40.530

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

5.2. Abertura por faixa de vencimento dos títulos e valores mobiliários

	30/06/2026		Total
	0 a 90 dias	91 a 365 dias	
Vinculados ao Banco Central			
Letra Financeira do Tesouro - LFT	17.509	21.796	39.305
Títulos e valores mobiliários	17.509	21.796	39.305

	31/12/2025		Total
	0 a 90 dias	91 a 365 dias	
Vinculados ao Banco Central			
Letra Financeira do Tesouro - LFT	21.684	18.846	40.530
Títulos e valores mobiliários	21.684	18.846	40.530

5.3. Resultado de títulos e valores mobiliários

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado com títulos e valores mobiliários	3.869	5.182
	3.869	5.182

6. Outros ativos

	30/06/2026	31/12/2025
Devedores diversos - País	103	119
Outros depósitos em garantia (a)	1.845	3.658
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 22)	1.276	742
Adiantamentos e antecipações salariais	-	16
Despesas antecipadas	10	15
	3.234	4.550

(a) Refere-se, basicamente, a depósitos judiciais decorrentes de exigências legais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

7. Ativos fiscais

	30/06/2026	31/12/2025
Antecipações de CSLL não compensadas	10	-
Outros impostos e contribuições a compensar	2.114	515
Antecipações de IRPJ não compensadas	935	1.713
	3.059	2.228

8. Imobilizado de uso

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Equip. de informática	387	(258)	129	387	(219)	168
Total	387	(258)	129	387	(219)	168

a) Custo

	Saldo em 31/12/2025	Adições	Saldo em 30/06/2026
Equipamentos de informática	387	-	387
	387	-	387

9. Depósitos

	30/06/2026	31/12/2025
Saldos de livre movimentação sem vencimento (a)	4.771	4.929
	4.771	4.929

- a) São representados por recursos recebidos de clientes em suas carteiras digitais e são mantidos aplicados conforme requerimento da Resolução BCB nº 80. Os depósitos possuem liquidez diária e são considerados de curto prazo, ou seja, no passivo circulante. Tais depósitos estavam integralmente aplicados em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), classificadas na categoria de custo amortizado, garantindo a liquidez diária e a preservação dos recursos dos clientes. Esses valores não se confundem com o patrimônio da Instituição e permanecem segregados, em conformidade com a regulamentação vigente.

Foris GFS BR Instituição de Pagamento Ltda

CNPJ: 39.993.186/0001-62

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

10. Outros passivos financeiros

	30/06/2026	31/12/2025
Partes relacionadas (Nota 22)	25.814	56.191
Valores a liquidar	1.851	563
	27.665	56.754

11. Outros passivos

	30/06/2026	31/12/2025
Outras despesas administrativas	91	808
Despesas de pessoal	1.809	1.110
Impostos e contribuições sobre salários	270	495
	2.170	2.413

12. Passivos fiscais

	30/06/2026	31/12/2025
Outros	7	8
PIS	4	6
COFINS	24	37
	35	51

13. Provisões

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão para contingências cíveis	12	806
	12	806

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

O capital social da Instituição, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 79.388 (R\$ 79.388 em 2025) representado por 79.388.376 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada uma.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Prejuízos acumulados

Em 30 de junho de 2026 a Instituição possuía prejuízos acumulados de R\$ 53.600 (prejuízo acumulado de R\$ 54.488 em 31 de dezembro de 2025).

14.2. Distribuição de lucros

Observadas as limitações legais, a Sociedade poderá – por deliberação de sócios - levantar demonstrações financeiras intermediárias e distribuir os lucros registrados nas demonstrações financeiras intermediárias, ou lucros acumulados ou reservas de lucros constantes do último balanço patrimonial.

15. Receitas de prestação de serviços

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas com intermediação de serviços	418	174
	418	174

As receitas correspondem às receitas de prestação de serviços de transações de pagamentos com cartões pré-pagos e com intermediação de serviços com o emissor do cartão.

16. Custo dos serviços prestados

	30/06/2026	30/06/2025
Serviços associados a transações de pagamento	(40)	(1.062)
	(40)	(1.062)

17. Despesas de pessoal

	30/06/2026	30/06/2025
Salários e proventos	(2.536)	(2.460)
Encargos sociais	(841)	(845)
Benefícios	(257)	(227)
Treinamento	(11)	(16)
	(3.645)	(3.548)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

18. Despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Aluguéis	(47)	(61)
Depreciação	(39)	(38)
Processamento de dados	(122)	(103)
Publicidade, promoções e relações públicas	(2)	(95)
Serviços do sistema financeiro	(48)	(77)
Serviços técnicos especializados	(605)	(872)
Transportes	(1)	(14)
Viagens	(29)	(69)
Seguros	(4)	(3)
Outras despesas administrativas	(16)	(45)
	(913)	(1.377)

19. Despesas tributárias

	30/06/2026	30/06/2025
PIS	(28)	(38)
COFINS	(173)	(228)
ISS	(21)	(4)
	(222)	(270)

Correspondem substancialmente às despesas tributárias e outras taxas.

20. Outras receitas operacionais

	30/06/2026	30/06/2025
Receita de variação cambial	4.346	2.944
Variação monetária ativa	458	49
Reversão de provisões	815	125
Recuperação de encargos e despesas	-	46
	5.619	3.164

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Outras despesas operacionais

	30/06/2026	30/06/2025
Contingências cíveis	(21)	(49)
Despesa de variação cambial	(3.241)	(450)
Provisões de benefícios para empregados	(911)	(99)
Outras despesas diversas	(25)	(1)
	(4.198)	(599)

22. Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Foris GFS BR Instituição de Pagamento Ltda manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

Classificado no balanço patrimonial como:

a) Outros ativos/passivos

		30/06/2026			
	Categoria	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Foris Limited	Reembolso de despesas	553	(3.747)	735	-
Foris DAX Malta	Reembolso de despesas	-	(685)	86	-
Foris DAX Malta	Reembolso de despesas	-	(263)	-	(1)
Foris MT	Transações pendentes de liquid.	-	(4.288)	-	-
Foris GFS Malta	Contas a receber	27	-	-	-
Foris GFS MT	Contas a receber	25	-	-	(2)
Foris ME	Transações pendentes de liquid.	415	(4.895)	-	(4)
Foris DAX BR	Reembolso de despesas	256	(11.936)	2.551	-
		1.276	(25.814)	3.372	(7)

		31/12/2025			
	Categoria	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Foris Limited	Reembolso de despesas	553	(17.812)	2.233	-
Foris DAX Malta	Reembolso de despesas	-	(622)	53	-
Foris MT	Transações pendentes de liquid.	-	(4.289)	-	-
Foris GFS MT	Contas a receber	27	-	-	-
Foris ME	Transações pendentes de liquid.	-	(33.468)	-	-
Foris DAX BR	Reembolso de despesas	162	-	-	-
		742	(56.191)	2.286	-

As operações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos

Foris GFS BR Instituição de Pagamento Ltda

CNPJ: 39.993.186/0001-62

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais ou apresentam outras desvantagens.

23. Imposto de renda e contribuição social

A Empresa está enquadrada no lucro real.

O imposto de renda e contribuição social são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação vigente do regime de apuração do lucro real anual.

O imposto de renda é calculado pela alíquota regular de 15% (acrescida de adicional de 10% sobre lucros anuais excedentes a R\$ 240 mil), e a contribuição social pela alíquota de 9%.

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado antes da tributação	888	1.621
Adições/(exclusões) permanentes	(936)	(2.389)
Base de cálculo ajustada - base fiscal	(48)	(768)
Alíquota nominal		
IRPJ 15% + 10% do excedente de R\$ 240	-	-
CSLL 9%	-	-
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-

24. Gerenciamento de estrutura de capital e riscos

Estrutura de gerenciamento de capital e riscos

Em atendimento à Resolução BCB nº 265/2022, a Empresa adotou uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos (operacional, de liquidez e de crédito) sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados e mitigados.

A empresa possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração da Empresa.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) **Risco operacional** é o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, sistemas, pessoas, exposição de eventos externos e interrupções de atividades. A gestão e controle do risco operacional buscam a eficácia do sistema de controles internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional.
- (b) **Risco de mercado** é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações e do prazo. Na administração dos riscos de mercado são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, entre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras.
- (c) **Risco de crédito** é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.
- (d) **Risco de liquidez** é o risco de a Empresa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.
- (e) **Risco de fraude** é o risco de uma atividade indevida, ilegal ou criminosa que causa prejuízo financeiro para uma das partes envolvidas numa transação financeira. A fraude de cartão envolve o uso não autorizado de cartões perdidos, roubados, fraudulentos, falsificados ou alterados, bem como o uso indevido da conta de pagamento do usuário. Neste cenário, a empresa está exposta a perdas devido a estornos de transações. A empresa possui áreas dedicadas à prevenção de fraudes com o desenvolvimento de processos e estratégias antifraude e monitoramento em tempo real das transações com saldo de pagamento ou cartão, saques ou transferências, identificando, aprovando ou recusando transações.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

25.Demandas judiciais

A Empresa no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 30 de junho de 2026 a Instituição possui processos cuja probabilidade de perda é possível no montante de R\$ 3.983 (R\$ 5.905 em 31 de dezembro de 2025).

26. Outras informações

Resoluções BCB nº 519 e nº 520

Em 10 de novembro de 2025, o Banco Central do Brasil publicou as Resoluções BCB nº 519 e nº 520, ambas em vigor desde 2 de fevereiro de 2026, que disciplinam, respectivamente, os processos de autorização e a constituição e o funcionamento das Sociedades Prestadoras de Serviços de Ativos Virtuais (SPSAV). A Administração está efetuando os estudos pertinentes para avaliar o enquadramento de suas atividades frente a esse novo marco regulatório, e atenderá às exigências aplicáveis, se houver, no prazo legal estabelecido pela regulamentação.

27.Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes à data de encerramento do exercício findo em 30 de junho de 2026 que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Instituição ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

A Diretoria

IGNIS Contábil Ltda.
Contador CRC 2SP014.630/O-5
